

**À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO  
SUDOESTE – PR**

**REF.: CONCORRÊNCIA Nº 05/2026**

**RECORRENTE: CONSORA CONSTRUTORA LTDA**

**RECORRIDA: RODRIGO CARDOSO CONSTRUÇÕES LTDA**

---

## RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA HABILITAÇÃO DE LICITANTE

A empresa **CONSORA CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 46.812.148/0001-21, por seu representante legal, vem, respeitosamente, à presença desta Comissão de Licitação, com fundamento nos arts. 5º, 11, 62 e 64 da Lei nº 14.133/2021, interpor o presente:

### RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que declarou **habilitada** a empresa **RODRIGO CARDOSO CONSTRUÇÕES LTDA**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

---

## 1. DOS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À LICITAÇÃO

Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, devem ser observados, entre outros:

- Legalidade;
- Isonomia;
- Vinculação ao instrumento convocatório;
- Julgamento objetivo;

Dispõe ainda o art. 11:

**“O processo licitatório tem por objetivo assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, garantindo tratamento isonômico entre os licitantes.”**

Dessa forma:

**A Administração está estritamente vinculada ao edital, não podendo flexibilizar suas exigências.**

## 2. DA REGULARIDADE FISCAL (ITEM 7.5.2 DO EDITAL)

### 2.1 ALÍNEA “a” – AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

Nos termos do edital:

**Item 7.5.2, alínea “a”: Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**

A recorrida **não apresentou o referido documento**, descumprindo exigência objetiva e obrigatória.

---

### 2.2 ALÍNEA “b” – AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO ESTADUAL OU MUNICIPAL

Nos termos do edital:

**Item 7.5.2, alínea “b”: Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver**

A recorrida não apresentou:

- CICAD;
- Alvará;
- ou cadastro equivalente;

Limitando-se à apresentação de certidões negativas, que:

**não substituem a prova de inscrição exigida pelo edital.**

---

### 2.3 ALÍNEA “c” – AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL

Nos termos do edital:

**Item 7.5.2, alínea “c”: Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União**

Observa-se que a recorrida apresentou certidões relativas a outros entes federativos, tais como:

- Fazenda Estadual;
- Fazenda Municipal;

Todavia:

**Não apresentou a certidão de regularidade perante a Fazenda Federal, exigida expressamente pelo edital.**

---

## 2.4 CONSEQUÊNCIA JURÍDICA

Nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021:

**A habilitação exige a comprovação da capacidade do licitante mediante documentos suficientes.**

Diante do descumprimento das alíneas “a”, “b” e “c”:

**Impõe-se a inabilitação da licitante por ausência de comprovação de sua regularidade fiscal.**

---

## 3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (ITEM 7.5.3.2, ALÍNEA “d”)

O edital dispõe:

**“Relação de veículos, máquinas e equipamentos (...), contendo assinatura do responsável técnico com identificação e CREA/CAU (...), sob pena de inabilitação.”**

---

### 3.1 DA IRREGULARIDADE

A recorrida apresentou:

- Documento sem assinatura do responsável técnico
  - Sem identificação do CREA/CAU
- 

### 3.2 CONSEQUÊNCIA JURÍDICA

**Trata-se de exigência essencial expressamente vinculada à validade do documento.**

**A inabilitação é medida obrigatória.**

---

## 4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ITEM 7.5.4 – ANEXO X)

### 4.1 DA EXIGÊNCIA EDITALÍCIA

O edital exige a apresentação da:

#### **DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA – ANEXO X**

O modelo exige:

- Assinatura do representante legal;
- **Assinatura do contador com identificação e CRC;**

---

### 4.2 DA IRREGULARIDADE

A recorrida apresentou:

- ANEXO X sem assinatura do contador
- Sem identificação do CRC

---

### 4.3 DA APRESENTAÇÃO EM DOCUMENTO APARTADO

Embora tenha apresentado índices assinados em documento separado:

**Tal fato não supre a exigência editalícia**, que exige a formalização no próprio ANEXO X.

---

### 4.4 CONSEQUÊNCIA JURÍDICA

**Não comprovação da qualificação econômico-financeira.**

---

## 5. DA IMPOSSIBILIDADE DE SANEAMENTO (ART. 64 DA LEI 14.133/2021)

**Após a entrega dos documentos, não é permitida a substituição ou apresentação de novos documentos.**

---

### 5.1 APLICAÇÃO

As falhas identificadas são:

- Ausência de documentos;
  - Documentos inválidos;
- 

### 5.2 CONSEQUÊNCIA

**Irregularidades insanáveis, vedada sua correção posterior.**

---

## 6. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E PRINCÍPIOS

A Administração:

**está vinculada ao edital, devendo observá-lo integralmente.**

---

### 6.1 DA CUMULAÇÃO DE IRREGULARIDADES

A recorrida descumpriu simultaneamente:

- Item 7.5.2 (alíneas “a”, “b” e “c”);
  - Item 7.5.3.2 (alínea “d”);
  - Item 7.5.4 (ANEXO X);
- 

### 6.2 CONSEQUÊNCIA

**Conjunto de irregularidades que inviabiliza a habilitação.**

---

## 7. DO PEDIDO

Requer:

- Provimento do recurso
- Inabilitação da recorrida
- Prosseguimento do certame

---

## 8. FECHAMENTO

Diante das irregularidades apontadas, entende a recorrente que a revisão da decisão de habilitação se mostra necessária, a fim de assegurar a observância do edital e da legislação aplicável.

---

Termos em que,  
Pede deferimento.

Salto do Lontra, 04 de abril de 2026.

---

CONSORA CONSTRUTORA LTDA  
CNPJ 46.812.148/0001-21  
FÁBIO ROBERTO SORANSO  
ADMINISTRADOR  
CPF 095.599.139-05  
RG 10.226.276-0  
ENGENHEIRO CIVIL CREA-PR 162.728/D

CNPJ: 46.812.148/0001-21  
Email: consoraconstrutora@gmail.com  
Rua Luis Manfroí Nº 71 – Sala 67, Loteamento Cadore  
Salto do Lontra - Paraná, CEP: 85670-000  
Celular: (46) 99114-6935